

ASPECTOS DA CRISE ECONÔMICA E SOCIAL ATUAL E A EDUCAÇÃO

Luís Távora Furtado Ribeiro - UFC

Apresento a seguir aspectos da crise que atinge a sociedade atual e seus desdobramentos para a educação, em especial para a gestão de sistemas educacionais.

O ato educativo, que pressupõe sujeitos em busca da autonomia, é eminentemente social. As diferenças entre seus diversos atores - por exemplo, professores, adultos e pertencentes ao universo dos intelectuais, e estudantes, principalmente crianças e jovens, de idade inferior e por ofício aprendizes-, longe de lhes afastar, ao contrário, os aproximam. Relacionando-se primeiramente uns com os outros através das didáticas e das metodologias do fazer pedagógico, sua relação essencial é, em sua essência política, e se concretiza no complexo campo de gravidade do universo da cultura.

Tendo a escola como seu lugar de realização mais marcante, o ato de educar não se limita ou se restringe a um único espaço de convivência e atuação. Movimentos sociais como sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais e igrejas, constituem alguns desses espaços privilegiados de educação coletiva e cotidiana, não esquecendo as relações educacionais no âmbito do trabalho, consideradas fundamentais para constituir identidades e subjetividades, especialmente na vida adulta daqueles que encerram seu período escolar e de estudos universitários.

Vivendo numa sociedade de classes que se modernizava lentamente, mas que já se rendia à dominação do dinheiro, encontra-se a obra literária de forte conteúdo de crítica social de um escritor russo de grandeza exponencial: Fiodor Dostoiévsky.

Em seu romance clássico Crime e Castigo publicado originalmente em 1866, encontramos nas ruas de Moscou o jovem estudante empobrecido Raskólnikov, habitando um cortiço e com o aluguel atrasado, escondendo-se e evitando sua senhoria e suas “tolices e disparates sobre o pagamento.” Dostoiévsky apresenta esse personagem como se vivesse em um “estado de excitação e enervamento parecido com a hipocondria ...afastado de todos... e incomodado pela pobreza que o deprimia” Fiodor Dostoiévsky (Abril Cultural, 1982, p. 09). Caminhando pelas ruas de Moscou, sob um calor sufocante do verão na Rússia, ele é descrito como alguém que “se sentia fraco; e esse era o segundo dia em que não se alimentava. [E que] ia tão mal vestido, que outra pessoa, ainda que acostumada a essa aparência, não se atreveria a sair à

rua, em pleno dia, com aqueles andrajos... De coração palpitante e tomado de um tremor nervoso” (idem, p. 10 a 12).

Numa Rússia ainda czarista, mas já vivendo sob os moldes cotidianos capitalistas que se tornariam predominantes, já apareciam relações sociais mediadas pelo dinheiro: aluguéis, empréstimos financeiros, penhores, mensalidades de cursos universitários, acompanhados por seus desdobramentos sociais como a prostituição, doenças, choros dos filhos esfomeados, desemprego. (idem, p. 154 a 177).

Nesse contexto, Raskólnikov decide assassinar e roubar a velha usuraria Aliona Ivânovna, que vivia de conceder empréstimos em troca de garantias como a penhora de objetos pessoais de seus devedores – e que vivia sozinha num cortiço onde todos os inquilinos “pertenciam à classe trabalhadora.” Após realizar o crime e adiando o remorso, o estudante universitário procede ao esvaziamento do cofre e à coleta dos bens valiosos em cena magistral descrita em Crime e Castigo: “De baixo da Samarra, escorregou um relógio de ouro. Apressou-se a esvaziar o conteúdo do cofre. De fato, entre aqueles trapos havia objetos de valor escondidos – provavelmente todos eles empenhados, resgatados e por resgatar -, pulseiras, brincos, alfinetes de gravata, etc... Sem se demorar absolutamente nada, pôs-se a guarda-los nos bolsos das calças, do casaco, sem abrir os estojos... Sentou-se... por fim levantou-se de um pulo, pegou a machada e saiu do quarto correndo... completamente fora de si” (Idem, p. 91 a 97).

Fiodor Dostoievsky (1821 - 1881) é considerado por Georg Lukács como um expoente do “romantismo anticapitalista” e que em sua obra apresenta uma crítica corrosiva da “deformação moral e espiritual dos homens resultante do desenvolvimento do capitalismo.” Ver Michei Löwy (Ed. Perspectiva, 1990, p. 29 a 36). Como contraponto a esse contexto, a obra de Dostoievski apresenta duas características no combate a esse mundo em crise: - em primeiro lugar, apresenta uma denúncia vigorosa desse estado de coisas deplorável e degradante; - num segundo momento, ela vem acompanhada pelo retorno a valores do passado onde não haveria ambição e onde os homens desejariam viver em harmonia.

Nos dias atuais, passadas as crises sistêmicas dos anos 1990 – em 1994 no México, em 1997, na Tailândia, em 1998, nos demais tigre asiáticos, em 1999 na Rússia, em 2000 no Brasil e em 2001 na Argentina – o ambiente de insegurança retorna nas primeiras décadas dos anos 2000, atingindo agora o capitalismo em seus países centrais. Ela retorna em 2008 nos Estados Unidos, em 2010 no Japão e em 2011 na Europa. Como saldo das políticas de austeridade – eufemismo para cortes em programas sociais e previdenciários - e do socorro a grandes empresas e bancos, como que revivendo os tempos sombrios do personagem de Dostoievsky, o jovem estudante empobrecido Raskólnikov, o saldo social negativo nesse contexto atinge algo em torno de 50 milhões de desempregados em todo o mundo em meados de 2012. No ensaio a

seguir, uma percepção de aspectos gerais dessa crise que se renova e uma análise de algumas de suas influências no campo da educação.

SOBRE EDUCAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE CRISE

O capitalismo vive de contradições. Como dizia Marx, o capitalismo vive de crises. Em geral elas tratam-se das chamadas crises cíclicas, todas elas constituindo uma espécie de problemática estrutural, possivelmente em direção a uma situação terminal definitiva, ainda não observada. É inegável que ela se alastra desde os países centrais ocidentais com a crise fiscal e a falência do Estado, no desmonte das políticas de bem estar e nas reformas da previdência pública e pelo desemprego. Nesse modelo, o Estado se redefine com rapidez e impopularidade generalizada, passando os governos a financiar e suportar o sistema bancário e financeiro, dedicando cortes e austeridade a todo o sistema de segurança social. E com seus governos recusando-se a iniciativas de qualquer forma de investimento gerador de crescimento econômico, emprego e renda.

Combinado a esse modelo que se desfaz, longe de quaisquer sinais de timidez ou apego a seus locais de origem, as empresas transnacionais transferem suas linhas de produção e de montagem, incorporam seu capital tecnológico, aparato executivo e investimentos em direção aos países emergentes. Elas se dirigem especialmente para a Ásia sob a liderança da China e a países importantes como Índia e Indonésia; crescendo em países da África com em Angola e na África do Sul; e investindo em nações Latino-Americanas como o México e o Brasil. Seguem para além mar em busca de fartos recursos naturais, de políticas sociais e previdenciárias reduzidas ou quase inexistentes, além de buscar mercados que pagam salários extremamente baixos. Numa palavra, trata-se da procura pela antiga mais valia, que eu poderia sintetizar aqui como a acumulação privada de riquezas a partir da exploração do trabalho não pago.

É necessário mencionar a seguir, dentre outros, cinco aspectos fundamentais dessa crise que eu poderia sintetizar como: - a perda da participação do trabalho na divisão da riqueza mundial; - as mudanças no perfil do trabalhador em geral e do educador em particular; - a crise no modelo de representação política e na democracia; - o novo perfil da gestão das empresas – e da escola; - além da nova relação entre um estado mais concentrador e interventor na escola, sob um discurso de descentralização.

A respeito da perda de renda do trabalhador na partilha da riqueza mundial, estão em curso reformas políticas no Estado com cortes de pessoal e no salário de servidores públicos, nos ajustes fiscais com redução de gastos em políticas públicas e sociais, nas reformas previdenciárias com aumento no tempo médio para aposentadorias, além da redução de investimentos em educação e nas reformas no ensino universitário. Tudo isso combinado sob o título eufemístico de políticas de austeridade fiscal. Apenas como exemplo, a França ampliou de 60 para 62 anos o tempo mínimo para a aposentadoria e Portugal reduziu o número de feriados anuais sem o correspondente acréscimo salarial pelos novos dias trabalhados.

Nos dois exemplos mencionados, o trabalhador dispense mais tempo recebendo a mesma remuneração, transferindo riqueza para o sistema empresarial e para o Estado.

Além disso, essa perda se revela no endividamento dos governos, inclusive quando assumem empréstimos como garantias para o sistema financeiro em crise. Para ilustrar apenas um exemplo, desconfiado da solidez do sistema bancário, em agosto de 2012, o Banco Central Europeu, BCE, disponibilizou empréstimos de R\$ 100 bilhões de euros para os bancos espanhóis. Os recursos foram repassados para o governo espanhol que assumiu assim, através de endividamento público, as garantias do pagamento dos empréstimos contraídos pelos bancos. Ressalte-se que esse mesmo modelo havia sido utilizado anteriormente para a transferência de recursos para os bancos gregos.

Um fato também preocupante e revelador são os dados da Revista *The Economist*, citando relatório do Fundo Monetário Internacional, FMI. Ela afirma que entre 2007 e 2011 o Produto Interno Bruto, PIB, que representa a soma das riquezas produzidas pelos países teve um crescimento mundial de apenas 29%. Enquanto isso, no mesmo período, o endividamento desses mesmos países teve um crescimento da ordem de 65%. O que revela o estado de corrosão atual da riqueza mundial.

E nem se fale dos graves fatores macro econômicos agravantes daquele cenário como o aumento de impostos e a inflação. O segundo caso muitas vezes ocasionado por fatores climáticos com o aumento dos preços explicados pela quebra de safras agrícolas, mas também ocasionado pela mera atuação de agentes econômicos, seja através de movimentações com o câmbio e a desvalorização de moedas, seja pela simples especulação no mercado futuro com produtos agrícolas.

O endividamento dos países se agrava ainda mais com as despesas crescentes com orçamentos militares, além dos gastos ilimitados com a manutenção de onerosas forças de defesa, além das inversões financeiras para o desenvolvimento da pesquisa bélica. Tudo isso combinado ao desenvolvimento de tecnologias e equipamentos para atenderem a intermináveis guerras e a seus duvidosos objetivos e estratégias militares.

Como segundo aspecto, confirmando o que se delineava desde a década de 1990, com as novas tecnologias e novas formas de organização e gestão das empresas, muda o perfil de formação e de qualificação do trabalhador. Maior número de tarefas e mais complexidade tecnológica, exigem uma formação mais ampla e geral. E mais tempo de escolaridade. Para exemplificar, servidores de algumas lanchonetes e restaurantes de comida rápida, os fast foods, devem estar habilitados a realizar desde as tarefas mais simples e variadas como a limpeza e o serviço das mesas, até o trabalho mais complexo com máquinas para pedidos, recepção de pagamento e serviço de caixa, no atendimento ao público, no estoque de produtos e cozinha básica. Como se podem ver, muito mais tarefas a serem executadas vão redefinindo um novo modelo de exploração exigindo agora um profissional mais escolarizado e adaptado a tarefas múltiplas, das mais simples às mais complexas. Reduz-se assim o número absoluto de trabalhadores em serviço, sem que haja quaisquer ganhos salariais relevantes.

Outra novidade é que as grandes empresas preparam seus profissionais nas suas próprias estruturas internas. Elas formam o trabalhador no trabalho e para o trabalho, em novas e novíssimas tecnologias que não passam, necessariamente, pela formação tradicional em Universidades. O trabalho em estaleiros navais, em plataformas de petróleo em alto mar ou em oficinas de grandes empresas de aviação, as pesquisas aplicadas em engenharia genética e biotecnologia, a produção de softwares e inteligência artificial, o trabalho com a microeletrônica e a robótica, os serviços em mecânica e mecatrônica ou o planejamento em ciências atuariais e seguros, dentre outros, são formações muito específicas que são transferidas da escola para as empresas.

Exige-se então do trabalhador, uma formação mais ampla e geral na escola e na universidade, além de mais tempo de escolaridade média da população. Nesse sentido, valoriza-se, nessa formação, a capacidade de liderança, a iniciativa e a criatividade, o trabalho em equipe e, principalmente, a capacidade de aprender sempre. Revaloriza-se assim, surpreendentemente, uma cultura geral na área de ciências humanas, que possibilitam essa visão de mundo mais global que pode tornar mais flexível essa capacidade de aprender considerada indispensável.

Com as novas tecnologias, ocorre a possibilidade do aumento da exploração do tempo de trabalho dos trabalhadores, acrescentando-se às tarefas no ambiente das fábricas e das empresas outras iniciativas de ordem complementares realizadas fora desses locais, inclusive invadindo sem cerimônias o tempo livre na casa ou no lazer do próprio trabalhador. Isso vem tornar-se um desafio para as leis e o judiciário. Recentemente, a justiça brasileira exigiu de uma empresa o pagamento de horas extras a um funcionário que recebeu e respondeu e-mails fora de seu horário de trabalho. Ficou caracterizado que ele não estava de sobre aviso, nem havia outros profissionais à disposição para responder àquela demanda. Mesmo assim, aumenta o tempo que o trabalhador dedica às suas tarefas profissionais, mesmo fora de seu ambiente de trabalho, e sem remuneração adicional, numa mobilidade de riqueza característica da transferência de renda e do tempo de trabalho para o capital.

Como terceira relação que destaco, encontramos um novo período de crise e a descrença na democracia e na política. Especialmente na Europa do pós - segunda mundial, a social democracia caminhou lado a lado com o estado de bem estar social. Com a crise atual e com as medidas anti - sociais tomadas pelos governos para resolvê-la, aparentemente com receio dessas medidas impopulares implementadas, os partidos políticos tradicionais se afastam da cena principal da gerência da crise. Em seu lugar - como no caso da Espanha, da Itália, da Grécia e do próprio Banco Central Europeu -, assumem primeiro - ministros e presidentes intimamente e historicamente vinculados ao sistema financeiro. Esses antigos e graduados funcionários de confiança, são considerados tecnocratas e burocratas de alto nível, mas que assumem o governo como servidores originários, seja dos bancos ou de financeiras, sejam de agências de investimento ou de corretoras de valores mobiliários. Perplexo, o cidadão comum vê ruir o aparentemente sólido sistema de representação política liderado por partidos social - democratas e pela sua consequente forma de representação parlamentar.

Mesmo mascarando seu caráter elitista e de classe, aquele modelo parecia defender ou pelo menos representar os setores sociais dos trabalhadores, protegendo-os com as políticas públicas, mesmo que esses atores parecessem à margem do sistema pelo desemprego ou quando se retiravam pela aposentadoria. Mesmo ocupando a periferia do sistema, esses trabalhadores se integravam quando se tornavam, por exemplo, consumidores e contribuintes, com sua renda advinda da assistência social. Fazendo assim girar a economia e o modelo global de acumulação.

Com a crise europeia surgem no mercado algo em torno de dezoito milhões de novos desempregados em 2012, considerando-se apenas a zona do euro. Por outro lado, aparece na Ásia algum número que se aproxima, pelo menos, dos cinquenta milhões de novos trabalhadores, recebendo salários extremamente baixos, quase simbólicos, contando com escassa rede de proteção social. Não é difícil entender que em busca de acumulação primitiva e da velha mais valia, mega empresas de origem ocidental se instalem no oriente vindo a produzir desde produtos mais simples como brinquedos, a exemplo de modelos de bonecas de consumo mundial, até engenhos mais complexos como *iPads*, *smartphones* e *tablets*, além de outros exemplos das mais modernas criações das mídias digitais.

No campo do crescimento econômico aparece a novidade de se relacionar desenvolvimento e consumo. Esse modelo tem duas características que se revelam extremamente problemáticas: Em primeiro lugar, ele é ambientalmente insustentável, visto que o alto consumismo das classes médias e alta tem corroído enormemente os recursos naturais não renováveis do planeta. Seguindo-se esse modelo, com a chegada ao mercado de milhões de novos consumidores originários de países asiáticos e dos demais emergentes, a degradação ambiental e a destruição desses recursos pode se tornar irrecuperável. Caso continue a vigorar o sistema utilizado pelos países ricos. Em segundo lugar, essa ânsia para consumir repetidamente produtos que se renovam e se tornam obsoletos quase instantaneamente, provoca nos cidadãos, agora reconhecidos como consumidores, uma ansiedade constante e um sentimento não consciente de frustração e de incompletude permanentes e insuperáveis. Esse modelo se revela particularmente devastador entre as populações mais jovens, especialmente as mais pobres, deixando-as à mercê das mais variadas formas de violência. Isso se apresenta em casos não generalizados e extremos que podem ir da apatia à criminalidade, do refúgio religioso ao consumo abusivo do álcool e das drogas.

Como um quarto aspecto a se destacar, tudo isso ocorre concomitantemente a uma reforma educacional. A educação para os governos e organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, FMI, deixa de se tornar um direito social para transformar-se em um serviço. E regido pelo mercado, submetido às leis gerais dos preços internacionais, pelos ajustes orçamentários dos governos e seus mecanismos fiscais, pela lei da oferta e da procura, pelos interesses dos investidores. Seu carro chefe ocorre na Grã Bretanha onde estudantes saídos das universidades vêm suas dívidas com o financiamento de seus estudos sendo aumentada, tanto em valores nominais, quanto vendo seu tempo de resgate mais abreviado. O Chile também é um

caso exemplar. Anos após sua reforma universitária e sentindo suas consequências, milhares de jovens vão às ruas reivindicando gratuidade para a educação em todos os níveis. E sendo vítimas de eficiente repressão policial que assistimos pela TV.

Aparece agora um novo perfil da escola em sua gestão e organização interna. Ela deve ser mais ágil desde a atuação qualificada de seus profissionais e caracterizada pela tomada de decisões de forma descentralizada: mas sem perder a profundidade do trabalho com os conhecimentos e métodos próprios da missão escolar.

Com a universalização da educação fundamental no Brasil, cresce o número de professores contratados o que aumenta a massa salarial paga aos docentes no país. Aumenta também o tempo que o trabalhador docente dedica à escola e as tarefas exigidas pela sua atuação como educador, sem que ambas as coisas - aumento do número de contratos e do tempo individual e geral de trabalho nas escolas -, chegue a significar qualquer acréscimo em sua remuneração salarial individual.

Algumas dessas novidades podem ser destacadas: -estudo e reciclagem permanente; - formação inicial e continuada mais sólidas;- a frequência em seminários de atualização e em cursos de especialização na pós – graduação; - o incentivo a iniciativas na gestão de sistemas complexos como as salas de aula e a escola; - além da necessidade de inserção ativa na relação com as famílias dos alunos e a comunidade.Tornam-se demandas que fazem crescer ainda mais a atuação e as responsabilidades do professor. Visto que tem aumentado a pressão pela melhoria de indicadores de sua escola em comparação com os de outras unidades do sistema.

Para além das lutas e da organização dos trabalhadores que reivindicam salário, carreira e formação inicial e continuada, aquele modelo exige uma efetiva profissionalização e uma formação específica mais complexa que pode ser sintetizada pela exigência mínima da graduação dos educadores em nível superior.

Por sua vez, os anos iniciais da educação básica que se delimita desde a primeira infância até aproximadamente os 12 anos de idade tornam-se estratégicos para todos os países, em especial para as nações emergentes. No Brasil, os cursos de pedagogia assumem então um papel fundamental. As novas diretrizes curriculares dos cursos, DCNs, são promulgadas no país pelo Conselho Nacional de Educação, CNE, e pelo Ministério da Educação, MEC, em 2005. Não por acaso, assumem esse papel no indicativo de uma formação do educador em caráter amplo e que dê conta de inúmeras responsabilidades como as seguintes: ensino, pesquisa e gestão de sistemas educacionais; suprir desigualdades étnicas e sociais; educação inclusiva, educação indígena e de crianças, jovens e adultos; educação urbana e do campo; uso das novas tecnologias e educação à distância;novas metodologias educacionais; educação ambiental, compromisso ético e cidadania. Tudo isso, sob uma relação mais profunda e integrada com a escola e os sistemas de ensino.

Como quinto aspecto que eu deveria destacar, apresenta-se a crescente intervenção do estado e dos governos nas rotinas da escola. Muitas vezes sob as

melhores intenções de técnicos e gestores e para superarem questões estruturais como o analfabetismo escolarizado e funcional ou para atender as necessidades como as da qualificação profissional, chegam a aparecer de forma permanente ou temporária projetos os mais diversos que interferem e intervêm diretamente no cotidiano e na autonomia escolar. Programas de acompanhamento e avaliação externa de alunos e do sistema, projetos de apoio e reforço a alfabetização e á consolidação da alfabetização, reformas curriculares locais e/ou nacionais realizadas a cada novas administrações governamentais, definição externa de sistemas de cotas étnicas e sociais para a seleção de candidatos, projetos de promoção da saúde ou combate à violência, além de cadastros ou relatório sobre a frequência de alunos para acompanhamento e fiscalização de recebimento de benefícios sociais, são exemplos de algumas dessas iniciativas que vão ocupando desde fora a escola. E seguem interferindo no seu planejamento interno e na atuação de seus educadores.

Esse intervencionismo estatal e de agentes governamentais, adotados muitas vezes com as melhores expectativas e intensões de seus promotores, revela uma faceta que se manifesta no Brasil desde os anos 1990 e mesmo anteriormente, em muitas situações como a educação profissionalizante na escola nos anos 1970. Trata-se do que eu defini em artigos anteriores como uma descentralização centralmente controlada, onde encontramos ágeis atores locais do sistema que vão implantando políticas e iniciativas dos governos centrais, sempre atendendo às sugestões de organismos de fomento internacionais. Com destaque especial para as políticas de financiamento, avaliação, acompanhamento e monitoramento do Banco Mundial.

É importante destacar que na maioria das análises das avaliações externas realizadas, quando se trata de resultados negativos em alfabetização, aprendizagem, promoção e abandono escolar, pouco ou nenhum destaque se dedica à observação de questões de ordem social como: - desemprego e baixa renda dos pais; - a moradia precária dos alunos; - a desagregação de seus laços familiares; - a inexistência ou a precariedade de seus locais e ambientes de estudo; - ou a influência negativa em seu rendimento escolar pelas diversas formas de violência. Como se fosse um microsistema desvinculado de sua realidade social, a escola e educadores parecem ser responsabilizados pelos problemas detectados e pela sua superação. Nos discursos e nas análises dos documentos oficiais, o ensino e a gestão das escolas, além de outros fatores, digamos, espirituais, como a criatividade e a motivação dos docentes, são escolhidos como os únicos responsáveis por aqueles fatores de fracasso, atraso, ou pelo baixo rendimento escolar dos alunos.

A esse respeito escrevi num artigo recente sobre reforma curricular que:

Nesse modelo delineado acima as questões sociais tornam-se praticamente desconsideradas, enquanto todos os problemas atuais são atribuídos aos métodos ineficazes de ensino – gestão da sala de aula - ou a questões vinculadas à administração escolar e dos sistemas educacionais locais – gestão escolar e de sistemas... Problemáticas ligadas ao desemprego, aos baixos

salários ou à desagregação familiar, por exemplo, tornam-se praticamente desconsiderados, quando se analisam questões vinculadas ao âmbito educacional. Tudo parece ter início e um fim em si mesmo, nas salas de aula e nas escolas analisadas, isolando-as do contexto no qual se inserem. (Ribeiro in. Ribeiro e Patrício Ribeiro, 2010, p. 139 a 160).

Enquanto para os bancos e grandes empresas é repetido o mantra da liberdade de mercado e da ausência de controles e da imperiosa necessidade de desregulamentação, para a escola e os sistemas educacionais públicos restam mecanismos múltiplos de atuação do governo, mal disfarçando políticas de intervenção do estado e de controle social. Tudo parece tratar-se de liberdade e descentralização para os ricos, combinadas ao esforço de monitoramento e regulação para os demais atores sociais, inclusive para escolas e sistemas educacionais.

Sintetizando a problemática delineada acima e a disputa entre educação técnica e a formação crítica na luta pelos empregos numa sociedade em crise e polemizando com os que ele apresenta como “os senhores do mundo”, o economista Luiz Gonzaga Beluzzo lembra que:

Seria estúpido negar o papel da educação enquanto instrumento da qualificação técnica da mão de obra. Mas que os últimos estudos internacionais sobre emprego, produtividade e distribuição de renda mostram o óbvio: a boa educação é incapaz de responder aos problemas criados pelos choques negativos que vulneram as economias contemporâneas. Exemplos: desindustrialização, reestruturação das empresas imposta pela intensificação da competição, crise fiscal e perda de eficiência do gasto público. Quando esses fatores reais do crescimento falham, a educação naufraga como força propulsora do emprego e da distribuição de renda. Os Estados Unidos e a Europa servem como exemplo. A tragédia que ronda o terceiro milênio. A especialização e a ‘tecnificação’ crescentes despejam no mercado, aqui e no mundo, um exército de subjetividades mutiladas, qualificadas sim, mas incapazes de compreender o mundo em que vivem. Os argumentos da razão técnica dissimulam a pauperização das mentalidades e o massacre da capacidade crítica. (Revista Carta Capital, 29/08/2012, p. 47).

Como mencionei anteriormente, essa disputa entre qualificação técnica ou crítica de caráter geral atinge de maneira especial a formação de professores, seus cursos de licenciatura e respectivos currículos e projetos pedagógicos. Reconhecidos como lugar de disputa entre projetos antagônicos, aqueles currículos apresentam esse confronto desde suas concepções e em sua estruturação interna, seja de forma implícita ou explícita, seja esse conflito percebido com maior clareza ou obscuridade pelos diversos atores educacionais que nele atuam. Do que se trata é compreender a importância da escola na difusão do conhecimento através de metodologias e conteúdos apropriados.

EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO, UNIVERSIDADE E ESCOLA

Mesmo se tratando de um campo tão específico como a teologia, que eu defino muito simplificadamente aqui como um conhecimento sobre coisas de Deus, nós podemos identificar as razões onipresentes da educação como ato social. Como mensagem derradeira a seus seguidores reunidos em Jerusalém, Jesus apresentou a missão fundamental de seus discípulos: “Ide por todo o mundo e anunciai o evangelho a toda criatura.” (Marcos 16, 15 – 18). O que pode ser combinado ao texto de outro evangelho: “E fazei discípulos todos os povos... ensinando-os a observar tudo quanto vos mandei.” (Mateus 27, 17 – 20). Como se pode ver, educar é uma missão milenar.

A novidade ante esses discursos milenares sobre a importância de educar é a relativamente recente profissionalização do educador e da constituição da profissão docente, particularmente em países emergentes como o Brasil. Temas como formação inicial e continuada, piso salarial e carreira docente, além da exigência de aprovação em concursos públicos para o exercício profissional, tornam-se questões centrais que passam a constituir a carreira e o trabalho do professor.

A respeito dos jogos de poder e dos jogos de força no combate à crise mencionados antes, recorro a Karl Manheim (1893 – 1947) expoente da sociologia do conhecimento, que trabalhou com os conceitos de ideologia e de utopia que apresento de forma simplificada aqui. Para ele, ideologia seria definida como um conjunto de ideias e signos que objetivam manter a ordem vigente. E que através dela os dominantes, vinculados pelo interesse, obscureceriam a realidade social para si e para os outros. Em relações complexas de conhecimento, saber e poder, ela seria um motivo de conservação do sistema vigente muito vinculada a situações de dominação que vinham do passado. Por outro lado, utopia seria definida como a construção de uma esperança que transcende a ordem existente e que deveria ser incorporada aos grupos sociais oprimidos. E se transformar em ideias que fundamentassem suas ações. (Manheim, 1976, p. 31 - 89).

Como um desses mecanismos para se enfrentar a crise e ganhar terreno no combate entre forças sociais desiguais, pode-se propor uma vinculação estrita entre universidade e escola pública. Em especial no reforço à formação docente. Escrevendo sobre a relação e as prioridades para a universidade e a formação de professores, em sua relação com a escola pública, como contribuição para a emancipação social, Santos (2011, p. 41 e 42), apresenta quatro dessas prioridades consideradas fundamentais: - valorização da formação inicial em articulação com os programas de formação continuada de professores; - reestruturação dos cursos de licenciatura e seus currículos para integrar a formação acadêmica e a formação profissional; - promoção da colaboração entre docentes das universidades e das escolas públicas para a continuidade da produção e da difusão do saber pedagógico; - e a criação ou o desenvolvimento de redes regionais e nacionais para o desenvolvimento de programas de formação continuada em parceria com os sistemas públicos de ensino. Esse é apenas um dos exemplos de conquista de espaço em direção à emancipação social.

Refletindo sobre as mobilizações populares nas ruas que deram origem à primavera árabe em 2011, Eric Hobsbawm, enfatiza a importância de serem movimentos originários de setores das classes médias, especialmente representados por estudantes que à margem da estrutura social, ascendem à esfera do protagonismo da luta política. Ele menciona também o movimento “ocupem Wall Street” como uma reação de jovens e da contra cultura, que dizem representar os 99% mais pobres da sociedade, em oposição aos um por cento dos setores mais ricos da população. (Programa Milenium, Globo News, entrevista apresentada em 01/10/2012).

Longe de qualquer garantia ou certeza sobre melhoras nas conquistas sociais, ou mesmo sem poder confiar na realização de um modelo eminentemente democrático nos países e regiões onde ocorrem, esses movimentos de jovens nas ruas parecem indicar um caminho de esperança para a conquista de espaços sociais para as classes e populações oprimidas. Enquanto nos séculos XIX e XX a esperança de mudança se dirigia à atuação das classes operária e camponesa, no início do século XXI, essa expectativa pode-se dirigir às novas gerações e aos jovens das classes médias empobrecidas, oprimidas ou marginalizadas.

Diferentemente do caminho de violência pessoal escolhido pelo estudante Raskolnikóv, personagem imortal de Dostoievski, mencionado no início deste ensaio, os jovens da primavera árabe, os do movimento ocupem Wall Street que se espalha pelo mundo, ou os estudantes reformadores do Chile, conectados entre si pelas mais atualizadas redes de comunicação em tempo real, apresentam novas possibilidades de ação política eficiente e qualificada nesses tempos de crise. Eles enfrentam nas ruas do Cairo, Washington ou Santiago, os representantes do sistema de poder onde se destacam: - desde ditadores que eles afastam definitivamente do poder; - até os beneficiários do sistema financeiro e os banqueiros com seus lucros garantidos e exorbitantes; - seus gerentes executivos com seus bônus milionários como participação nos lucros; ou o estado com suas políticas de austeridade fiscal e exclusão social.

Com organização e objetivos claros, eles se convertem em sinais de novos tempos. E desejam mudar o mundo, reescrevendo a história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial: Um Consenso Mínimo Entre os Humanos**, Brasília, Edições Letraviva, 2000.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Ciclos I e II**, Brasília, MEC, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

MANHEIM, Karl, **ideologia e Utopia**. Ed. Zahar, São Paulo, 1976.

RIBEIRO, Luís Távora Furtado. Questões Atuais sobre a reforma curricular. In: RIBEIRO, Luís Távora Furtado e PATRÍCIO RIBEIRO, Marco Aurélio de, **Temas Educacionais: Uma Coletânea de Artigos**, Fortaleza, Coleção Diálogos Intempestivos, Edições UFC, 2010.

_____ e PATRÍCIO RIBEIRO, Marco Aurélio de. **Temas Educacionais: Uma Coletânea de Artigos**, Fortaleza, Coleção Diálogos Intempestivos, Edições UFC, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa, **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**, São Paulo, Cortez Editora, 2011.